



ÁSIA/SRI LANKA - Bispos e sacerdotes à ONU: impeça a destruição do povo tâmil

Colombo (Agência Fides) - Um forte apelo à ONU para deter a destruição do povo tâmil, feita pelo Governo de Sri Lanka, e para assegurar o respeito pelos direitos humanos no país: é o conteúdo de uma carta assinada por 132 líderes de diferentes igrejas e as comunidades religiosas no Norte e no Leste de Sri Lanka. A carta, enviada à Agência Fides, tem como primeiro signatário o bispo de Mannar, Dom Rayyappu Joseph, e pede para a Comissão da ONU sobre os Direitos Humanos um grande esforço para estabelecer as responsabilidades e construir uma verdadeira reconciliação no país.

Dentre os signatários, estão numerosos religiosos e missionários católicos engajados nas Comissões diocesanas "Justiça e Paz". O texto recorda que uma precedente resolução da ONU se revelou "frágil", pois o atual governo demonstrou "total força de vontade política em atuar as suas recomendações", como o inquérito sobre os abusos realizados na última fase do conflito civil.

Segundo a carta, ainda se registram "violações das principais recomendações da Comissão Nacional para a Reconciliação, que convidava a uma solução política do conflito étnico, à libertação dos prisioneiros políticos, à nomeação de um Comissário especial, à indenização pelos civis tâmeis, à desocupação de terras ocupadas ilegalmente pelos militares, ao direito de honrar mortos e desaparecidos".

A carta denuncia que no ano passado, numerosos ativistas, estudantes, sindicalistas, religiosos, jornalistas e advogados que levantaram estas questões cruciais – essência da democracia e do estado de direito - foram agredidos, interrogados, presos, ameaçados e desacreditados por ministros, funcionários públicos, militares e agentes policiais. "As vítimas - recorda a carta – incluem alguns de nós, membros do clero e pessoas que preferiram não assinar a carta por temor de represálias". Os líderes religiosos afirmam que "a morte e o desaparecimento de dezenas de milhares de civis tâmeis e as ações que estão suprimindo, sistematicamente, o povo tâmil e a comunidade, nossa cultura, religião e língua parecem ter a intenção de eliminar o povo tâmil", que por isso, se dirige à comunidade internacional. Os signatários, estigmatizando os métodos autoritários do governo, temem que "com estes métodos opressivos, que continuaram depois do fim da guerra, a nossa identidade popular será destruída" e pedem uma solução pacífica que reconheça a autodeterminação interna do povo tâmil. A carta, reiterando as específicas e diretas responsabilidades do governo atual, pede uma Comissão internacional para indagar sobre as violações do direito internacional e dos direitos humanos que ainda se registram no país. (PA) (Agência Fides 21/2/2013)